



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0009398-69.2013.8.17.0000 (313899-8)
IMPETRANTE : MARTA MAIA E SILVA GALVÃO (DEFENSORA PÚBLICA)
PACIENTE : LEANDRO DAS CHAGAS
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
CONVOCADO
COMARCA : CAPITAL – 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : CHRISTIANE ROBERTA SANTOS

HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. EXCESSO DE PRAZO NA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL. ALEGAÇÃO SUPERADA. DENÚNCIA OFERECIDA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 78 DO TJPE. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PACIENTE QUE COMETEU ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE ROUBO QUALIFICADO QUANDO ERA MENOR DE IDADE. ORDEM PARCIALMENTE PREJUDICADA E, NA PARTE PERSISTENTE, DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0009398-69.2013.8.17.0000 (313899-8), no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à **unanimidade de votos, julgar a ordem parcialmente prejudicada e, na parte persistente, denegada**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 24 de setembro de 2013


Juiz JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0009398-69.2013.8.17.0000 (313899-8)
IMPETRANTE : MARTA MAIA E SILVA GALVÃO (DEFENSORA PÚBLICA)
PACIENTE : LEANDRO DAS CHAGAS
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
CONVOCADO
COMARCA : CAPITAL - 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : CHRISTIANE ROBERTA SANTOS

RELATÓRIO:

MARTA MAIA E SILVA GALVÃO, Defensora Pública, impetrou o presente Habeas Corpus, com pedido liminar, em favor de **LEANDRO DAS CHAGAS**, qualificado às fls. 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 4ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.

A impetrante alega que o paciente foi preso em flagrante em 28/07/13 acusado de tentar matar Ingrid Macedo de Santana, tendo a prisão sido convertida em preventiva em 13/08/13.

Sustenta que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na conclusão do inquérito policial e no não oferecimento da denúncia.

Alega ainda o descabimento da prisão cautelar sob o argumento de que o paciente é detentor de residência fixa e de carteira profissional assinada, além de não pretender fugir ou perturbar a instrução criminal.

A inicial veio acompanhada dos documentos às fls. 08/14.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

O pedido liminar foi indeferido em decisão interlocutória às fls. 21/22.

A autoridade indicada coatora prestou informações às fls. 28 e 46, noticiando que o paciente confessou o crime perante a autoridade policial.

As informações vieram instruídas dos documentos às fls. 29/35 e 47/58.

A Procuradora de Justiça Christiane Roberta Santos, por meio do parecer de fls. 39/43, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 24 de setembro 2013

Juiz JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0009398-69.2013.8.17.0000 (313899-8)
IMPETRANTE : MARTA MAIA E SILVA GALVÃO (DEFENSORA
PÚBLICA)
PACIENTE : LEANDRO DAS CHAGAS
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
CONVOCADO
COMARCA : CAPITAL – 4º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
ORGÃO : 4º CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : CHRISTIANE ROBERTA SANTOS

VOTO:

Como visto, trata-se de pedido de Habeas Corpus formulado em favor de **LEANDRO DAS CHAGAS**, relativamente ao processo nº 60634-57.2013.8.17.0001, onde o mesmo foi indiciado pela prática do crime de tentativa de homicídio.

O impetrante sustenta em síntese: **1)** excesso de prazo na conclusão do inquérito policial e no oferecimento da denúncia; **2)** descabimento da prisão preventiva.

Examino:

Na hipótese vertente, constato que a denúncia já foi ofertada pelo Ministério Público (fls. 56/58).

Nesse contexto, não há mais que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo na conclusão do inquérito policial, restando prejudicada essa alegação defensiva.

É o que dispõe a Súmula nº 78 desta Corte de Justiça:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

"Súmula 078 TJPE. Oferecida a denúncia, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo para a conclusão do inquérito policial."

Ainda nesse sentido, colho julgado do STJ:

PROCESSUAL PENAL - HABEAS CORPUS - PRISÃO EM FLAGRANTE - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE USO - REEXAME DE PROVA - IMPOSSIBILIDADE - **EXCESSO DE PRAZO NA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO - OFERECIMENTO DA DENÚNCIA - ALEGAÇÃO PREJUDICADA** - CRIMES HEDIONDOS OU EQUIPARADOS - VEDAÇÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA - MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR - PRECEDENTES DO STF E STJ - ORDEM DENEGADA.

...

2. O oferecimento da denúncia torna prejudicada a análise de excesso de prazo.

...

4. Ordem denegada, conforme parecer do MPF.
(STJ - HC 79402/BA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 14/06/2007, DJ 06/08/2007 p. 592)

Noutra vertente, entendo que a prisão preventiva do paciente revela-se medida adequada.

A materialidade é inconteste e a autoria confessa.

Além disso, não é a primeira vez que o paciente pratica uma conduta ilícita. Consta do sistema Judwin que o paciente, quando menor de idade, já cometeu ato infracional equiparado ao crime de roubo qualificado e por esse motivo cumpriu medida socioeducativa de liberdade assistida pelo prazo de 01 ano.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Se o paciente já se envolveu com práticas dessa natureza, cumpriu medida em liberdade e voltou a delinquir sua custódia cautelar é de fato necessária para garantir a ordem pública, nos termos do art. 312 do CPP.

Isso posto, **julgo a ordem parcialmente prejudicada e, na parte persistente, a denego.**

É como voto.

Recife, 24 de setembro 2013

Juiz JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
Relator Convocado